

O ALCIDES CARNEIRO E O INTERESSE PÚBLICO



Gastão Reis

Nas eleições de 2008 para prefeito e vereadores, eu me lembro bem do entusiasmo de partidos e de políticos quando surgiu a notícia de que a Câmara Municipal de Petrópolis poderia ter o número de vereadores ampliado de 15 para 19 ou mesmo 21. Na mesma época, uma pesquisa levada adiante por um jornal local via internet apresentava um quadro diametralmente oposto: uma amostra representativa dos eleitores petropolitanos deixava claro que cerca de 80% dos pesquisados eram contra essa ampliação das cadeiras de vereança e uma percentagem significativa achava mesmo que deveria diminuir. Esse racha entre a população e seus representantes era, é e será sempre preocupante quando acontece. No plano federal, a lei da Ficha Limpa, nascida fora do Congresso por iniciativa popular, é um outro exemplo dessa falta de sintonia fina entre a Nação e aqueles que a representam. Em especial, quando temos em mente que não havia clima no Congresso para que ela fosse adiante naquela casa. Representantes devem ser fiéis, espera-se, aos anseios de seus representados.

Este intróito nos alerta para o que está acontecendo com o Hospital Alcides Carneiro - HAC. Eu já tive a oportunidade de assistir a três apresentações sobre o trabalho que vem sendo realizado pelo SEHAC – Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro. O SEHAC, criado por lei aprovada pela Câmara Municipal de Petrópolis e mantenedor do HAC, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e com fins sociais, ligada ao setor público, porém não-estatal. Seu Conselho Deliberativo é formado por pessoas de moral ílibada, cujo histórico de vida se mantém fiel à defesa dos interesses maiores da comunidade petropolitana.

Tive, portanto, a oportunidade de acompanhar de perto a revolução que vem sendo feita no HAC em benefício de nossa população. O primeiro passo foi estabelecer um processo de gestão profissional com o estabelecimento de metas a serem atingidas, determinadas pelo poder público municipal através da Secretaria de Saúde, com concomitante definição de indicadores de acompanhamento de desempenho do que se pretende atingir. Cuidados foram tomados para evitar que o modelo de gestão fosse questionado. Um dos membros do Conselho Deliberativo do SEHAC, jurista de reconhecido saber, deu sua contribuição para montar uma blindagem institucional que respeitasse criteriosamente a legislação existente e, ao mesmo tempo, abrisse espaço para que o HAC pudesse ser gerido em novas bases. Aquelas capazes de efetivamente atender às necessidades dos munícipes sem os problemas recorrentes denunciados antes, com freqüência, pela imprensa local.

Implantado o SEHAC, teve início o processo de detecção de desperdícios e de retreinamento e expansão das equipes de atendimento nos moldes de uma nova cultura de eficiência e eficácia, ou seja, de fazer certo a coisa certa na clarividente definição de Peter Drucker, o guru dos gurus em matéria de gestão cinco estrelas.

[CONTINUA]

Dentre muitos itens de desperdícios cortados, merece registro um deles, que proporcionou uma economia anual de R\$ 480 mil em combustível utilizado pela caldeira do hospital. Outros benefícios como a criação de 450 novos empregos geradores de salários também são significativos. O fato de ter sido credenciado como hospital de ensino permitiu que o aporte anual do Ministério da Saúde saltasse de 6,4 para 21,4 milhões de reais. A própria prefeitura, que antes arcava com um custo anual de manutenção de quase R\$ 24 milhões, hoje contribui com cerca de R\$ 14 milhões. Importante ressaltar que os atuais atrasos nesses repasses seriam muito maiores se o valor do aporte fosse o anterior. As melhorias substanciais na clínica médica, na ginecologia, na maternidade, na UTI e na UTI neonatal, tudo isso com prestação de contas regulares, compõem um quadro em que a grande beneficiária é a população da cidade. Mais ainda: a FASE – Faculdade de Medicina já dá sua contribuição ao município pelo uso do hospital ao destinar recursos mensais ao pagamento de médicos, enfermeiros e professores que trabalham no HAC, além de ter investido na modernização da gestão e da infraestrutura do Hospital, só nos últimos dois anos, mais de R\$ 4.000.000,00 em obras e equipamentos.

Merecem registro à parte, pela relevância, quatro outros fatores. O primeiro é o grau de satisfação de 85,7% dos usuários dos serviços de saúde do HAC. Cerca de nove em cada dez! O segundo foi a decisão, por unanimidade, do Conselho Municipal de Saúde, com ampla representação da população, de apoiar e reconhecer as mudanças positivas implementadas pelo SEHAC. O terceiro é que o poder executivo municipal atual e o anterior compartilham da avaliação de que o SEHAC foi um avanço considerável na saúde municipal. O quarto é a posição de apoio ao SEHAC dos próprios funcionários do HAC.

Diante de tais fatos, repito, fatos, é difícil entender o posicionamento do Ministério Público e da CPIM – Comissão Parlamentar de Inquérito Municipal de propor o retorno da administração do hospital para a prefeitura. Em especial, quando todos sabemos que ela não tem condições financeiras para assumir esse encargo. O risco de se retornar ao lamentável quadro anterior de desperdícios e mau atendimento no HAC nos conduz à questão maior: onde fica o interesse público na saúde de Petrópolis? Foi esquecido?

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

Meu site: www.smart30.com.br

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br // Cel. 24 9272-8586